

# DADOS BÁSICOS DO PROJETO

<b>Instituição Proponente</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>		
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDINA	Sociologia(40002101217P0)		
<b>Título do Projeto</b>			
Ações Afirmativas e produção intelectual: As universidades Estaduais das Regiões Sul e Sudeste			
<b>Palavras-chave</b>	<b>Data Início</b>	<b>Data Término</b>	<b>Duração</b>
desigualdades Pós graduação Ações afirmativas	01/2024	12/2028	60
<b>Área de Conhecimento</b>			
SOCIOLOGIA (OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS)			
<b>Descrição do Projeto</b>			
Mapear e analisar a presença de docentes e discentes nos programas de Pós-Graduação das Universidades Estaduais das Regiões Sul e Sudeste. Mapear a produção científica de docentes e discentes referentes aos conteúdos da Lei 10.639/03 e 11.645/08.			
<b>Área Temática</b>			
Promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e da inclusão, tecnologia assistiva e difusão do conhecimento da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, para a formação de estudantes brasileiros pretos, pardos e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.			
<b>Contexto do Projeto</b>			
O racismo e as desigualdades raciais são fenômenos desafiantes que persistem profundamente arraigados às estruturas da sociedade brasileira, com impactos profundos em todos os aspectos sociais, notadamente na educação. Entretanto, em todos os momentos da história nacional, registra-se a atuação de negros e negras na organização do antirracismo. A luta dos movimentos negros nesse cenário foi em conquistas fundamentais, como a promulgação da Lei Federal 10.639/2003 e a criação de ações afirmativas voltadas à inclusão da população negra no Ensino Superior. A política de cotas para negros, implementada desde 2002 em algumas IES no Brasil através de legislação estadual ou por deliberação de Conselhos Universitários, em 2012 se tornou norma nas universidades e institutos federais por meio da Lei 12.711/2012. Apesar de todos os avanços e conquistas, a política de cotas para negros permanece como desafio, especialmente em universidades estaduais. Nessas universidades, a forma como as ações afirmativas são adotadas depende do modo como cada IES constrói as políticas em convergência com as legislações vigentes de cada estado, por isso a implementação pode ocorrer de forma diversificada, a partir de leis estaduais, mobilização da comunidade local ou de acordo com a decisão de Conselhos Universitários, gerando desigualdades de oportunidades quanto ao acesso e as condições de permanência na educação superior pública e de alta qualidade. Essas universidades foram convidadas na adoção das ações afirmativas para estudantes de escolas públicas e negros/as, como as IES estaduais do Rio de Janeiro, da Bahia, a UEMS, a UEL entre outras. Assim, inicialmente significou um avanço na agenda das Ações Afirmativas no Brasil, isso não se confirmou ao longo da trajetória das AAs. As ações afirmativas no âmbito da Pós-Graduação fazem parte de uma demanda antiga dos negros/as e de outros grupos historicamente excluídos. Se a reserva de vagas nos cursos de graduação para a população negra é uma realidade na maioria das instituições públicas do país, na pós-graduação ainda é um desafio a ser superado, apesar do fomento de iniciativas existentes em vários programas, em especial, a partir da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, sobretudo, nas IES públicas, são espaços privilegiados para a formação qualificada de recursos humanos de alto nível, entretanto, a pouca participação de docentes negros nos PPGs impacta profundamente no acesso e na produção científica e nas relações raciais estabelecidas entre a população negra e indígena. É neste contexto que este projeto se insere, diante da urgente necessidade de realizar um profundo diagnóstico sobre a presença negra e indígena nos PPGs das IES estaduais das Regiões Sul e Sudeste.			
<b>Insumos</b>			
A Universidade Estadual de Londrina (UEL) dispõe de recursos humanos e materiais para desenvolver a pesquisa em seus laboratórios como o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos - LEAFRO com ampla experiência nos estudos e pesquisas sobre as relações raciais e nas atividades voltadas à comunidade como os cursos de capacitação para professores da educação básica. Palestras para a comunidade em geral e produção bibliográfica como artigos científicos, livros paradigmáticos sobre a população negra em Londrina. A UEL dispõe de uma gama de equipamentos eletrônicos para ações de pesquisa, pesquisa e extensão. Além das salas com projetores, possui ambientes apropriados para a leitura e estudos. A universidade possui salas para eventos de extensão além de grandes auditórios. A UEL dispõe de duas bibliotecas no Campus e uma no Hospital Universitário. A biblioteca central com bibliografia de variadas áreas de conhecimento possui mais de 50 anos de existência servindo a comunidade universitária e a sociedade londrinense. A Assessoria de Tecnologia de Informação - ATUIEL oferece apoio técnico relacionados ao acesso da internet. O Centro de Letras e Ciências Humanas possui vários laboratórios com computadores. Salas de pesquisa e um ambiente propício à pesquisa.			

## Problema

A presença da população negra e indígena nas universidades brasileiras é um fenômeno recente, impulsionado a partir de experiências vanguardistas de universidades estaduais que, no início do século 21, foram pioneiras na adoção de um sistema de reserva de vagas universitárias, tornando-se, inclusive, obrigatória em institutos e universidades federais a partir da criação da Lei 12.711/2012. Esta lei, conhecida como a "Lei das Cotas", instituiu 50% das matrículas para estudantes de escolas públicas, também considerando a proporção de negros no estado. Quase duas décadas após a implementação das cotas, os benefícios que tal medida trouxe ao meio universitário são notáveis, expressos em diferentes pesquisas em áreas como a educação e as relações raciais estabelecidas na luta do Movimento Negro, menor e a presença de pessoas negras. A reflexão do autor, embora tenha sido afirmativa no âmbito da Pós-Graduação, faz parte de uma demanda antiga dos negros/as e de outros grupos historicamente excluídos. Se a reserva de vagas nos cursos de graduação para a população negra é uma realidade na maioria das instituições públicas do país, na pós-graduação ainda é um desafio a ser superado, apesar do fomento de iniciativas existentes em vários programas, em especial, a partir da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, sobretudo, nas IES públicas, são espaços privilegiados para a formação qualificada de recursos humanos de alto nível, entretanto, a pouca participação de docentes negros nos PPGs impacta profundamente no acesso e na produção científica e nas relações raciais estabelecidas entre a população negra e indígena. É neste contexto que este projeto se insere, diante da urgente necessidade de realizar um profundo diagnóstico sobre a presença negra e indígena nos PPGs das IES estaduais das Regiões Sul e Sudeste.

## Relevância

O projeto apresenta sua relevância social ao buscar identificar quantitativa e qualitativamente a presença de negros/as e indígenas na pós-graduação. Pretende-se contribuir para a identificação das desigualdades e barreiras de acesso/permanência nos Programas de Pós-Graduação e, assim, fornecer subsídios para a elaboração de políticas institucionais mais efetivas de inclusão e formação de recursos humanos de alto nível. O projeto realizará o mapeamento da produção científica de docentes e discentes dos programas avaliados tendo como ponto de referência as determinações das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, com vistas a identificar os avanços e desafios na sua incorporação ao âmbito da pós-graduação das IES estaduais das regiões Sul e Sudeste.

## Discussão teórico-metodológica

A Universidade e Ensino Superior no Brasil fazem parte de um projeto da elite nacional. O discurso de mérito e a ideia de que o Ensino superior é apenas para parte da população brasileira estão arraigados na mentalidade nacional. Nos primeiros anos do III milênio, José Jorge de Carvalho mencionava a ausência de diversidade e o pacto corporativo para que a universidade e a Pós-graduação permanecessem como um território isolado apenas para alguns. Essa segregação racial em todos os níveis educacionais se torna ainda mais perversa no acesso à Pós-Graduação. Carvalho denomina esse processo de confinamento racial: "Podemos falar aqui, para não esvaziar a palavra 'racismo', de uma situação de confinamento racial vivida por nós, docentes das universidades públicas brasileiras. Se não somos diretamente responsáveis por essa exclusão, nem nos sentimos coniventes com a sua reprodução, então admitimos, pelo menos, para iniciar a discussão, que temos sido cúmplices das atividades racistas que herdamos das gerações passadas de acadêmicos. (CARVALHO, 2005/2006, 92). Esse confinamento tem como consequência a preservação do currículo eurocentrado e o uso de diferentes estratégias para preservação de determinados privilégios. É como se outros grupos populacionais, sobretudo, os negros e os indígenas, não possuíssem saberes que os fizessem merecer adentrar no espaço universitário. É nesse sentido que este projeto se insere na busca de realizar um diagnóstico referente às estratégias utilizadas pelas instituições de Ensino Superior para garantir o sucesso na trajetória dos cotistas. Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, sobretudo, nas IES públicas, são espaços privilegiados para a formação qualificada de recursos humanos de alto nível, entretanto, a pouca participação de docentes negros nos PPGs impacta profundamente no acesso de estudantes e na produção científica sobre as relações raciais, notadamente sobre a população negra e indígena. É neste contexto que este projeto se insere, diante da urgente necessidade de realizar um profundo diagnóstico sobre a presença negra e indígena nos PPGs das IES estaduais das Regiões Sul e Sudeste. Segundo pesquisa em curso, do SoU\_Ciência/UNIFESP, baseada em dados da CAPES de 2018, entre mestrandos e doutorandos das IES Federais declaradas a população negra representa 15,1%; a indígena 0,2%, a amarela 0,5% e a branca 29,7%. Entre as IES Estaduais a população negra representa 9,9%; a indígena 0,2%, a amarela 1,0% e a branca 30,6%. Entretanto chama a atenção a proporção de "Não Declarado" e "Não Dispõe de Informação", nas IES Federais representam 54,4% e nas estaduais 53,5%. Esse contexto, sem informações consolidadas, dificulta a análise mais profunda sobre a realidade negra e dos demais grupos minoritários na formação de professores e pesquisadores nos Programas de Pós-Graduação das universidades estaduais no Brasil. A hipótese deste trabalho é que a existência de desigualdades raciais, baseada no racismo presente na sociedade brasileira, impacta profundamente no número de discente e docentes nos Programas de Pós-Graduação das instituições, assim como na produção científica sobre a temática. A ações afirmativas promoveram mudanças na composição racial, não apenas da graduação, mas também dos PPGs, na apropriação dos conhecimentos e na produção teórica dos pós-graduandos, mas a desigualdade racial persiste. Para testar esta hipótese e responder aos objetivos deste projeto, a investigação passará por duas etapas: exploratória e analítica. Na etapa exploratória, serão realizados os levantamentos e a organização de informações disponíveis, com vistas à construção de dois bancos de dados, um para professores(as) e outro para estudantes matriculados(as) nos programas de pós-graduação (PPGs) das universidades estaduais do Sul (234) e Sudeste (589). Para constituir o banco de docentes, serão considerados aqueles(as) que tiveram vínculo recente com os PPGs, no período de dez anos, entre 2014 e 2023. Para estudantes, o banco será formado considerando os(as) discentes matriculados(as) que defenderam (ou que deveriam ter defendido) suas teses/dissertações de mestrado. A fonte inicial para o levantamento desses dados será a plataforma de Dados Abertos da CAPES e outras bases de dados científicos disponíveis sobre a Pós-Graduação. Será realizado um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações de Capes, igualmente disponível na plataforma de Dados Abertos, que permita analisar as características da produção de conhecimento nas diferentes áreas de temas étnico-raciais, de gênero e deficiências nas diferentes áreas do conhecimento. Nesta etapa, também, estabeleceremos as bases teórico-metodológicas que poderão auxiliar a nortear as diferentes análises. Na etapa analítica, será realizada revisão da literatura bibliográfica sobre as Ações Afirmativas e a Instituições Estaduais de Educação no Brasil e, em especial, nas regiões Sul e Sudeste, objeto deste projeto. Inicialmente serão definidas as categorias a analisar a partir dos conceitos que permitirão operacionalizar a leitura dos dados, os instrumentos estatísticos descritivos e inferenciais a serem utilizados e os aportes teóricos que subsidiarão as análises. Na sequência, as análises serão desenvolvidas para cada um dos objetivos propostos. Com o início da fase exploratória, faremos o levantamento bibliográfico a respeito da produção relativa à composição racial, notadamente, negros/as e indígenas de docentes e discentes na pós-graduação brasileira. Para tanto, serão consultadas as seguintes bases: SciELO, Portal de Periódicos Capes e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Ainda no início da fase exploratória, teremos o mapeamento das bases de dados de docentes, grupos que historicamente detêm o poder da produção e divulgação acadêmica no Brasil. Ainda não há um mapeamento preciso das Instituições Estaduais de Ensino Superior e, particularmente, da população em âmbito da Pós-Graduação. Portanto, objetivamos traçar um panorama abrangente das IES da região Sul e Sudeste como forma de demonstrar as desigualdades raciais, mas também o impacto das políticas afirmativas para a produção intelectual dos discentes.

## Referências

- VENTURINI, Anna Carolina. Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação Acadêmicos das Universidades Públicas. <https://gema.iesp.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/08/Ana-Pos-versao-final.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2023.
- CORDEIRO, M. J. J.; DIALLO, C.; CORDEIRO, A. L. A. Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura, v. 6, p. 107-123, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- UFRGS. Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornalismo/mesmo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/0print-print>. Acesso em 24 de agosto de 2023.
- GUIMARAES, Antonio Sergio. Como trabalhar com raça e em Sociologia. <http://www.scielo.br/pdf/pep/v29n1/a08029n1.pdf>
- Sítio: Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência - SoU\_Ciência <https://souciencia.unifesp.br/enp>

ARAMTES, Adlene Silva. Discursos sobre higiene, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). FONSECA, Marcus Vinícius. A história da educação dos negros no Brasil / Marcus Vinícius Fonseca: Surya Aeronovich Pombro de Barros (Orgs.). - Niterói: EDUFF, 2016. 442p. BEZERRA, G. e ARAUJO, Doracina. Novas (re)configurações no Ministério da Educação: Entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. In: Revista Brasileira de Educação, v. 19 n. 56, jan-mar, 2014. Pág. 101. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n56/v19n56a06.pdf> BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. BRASIL. Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasília, 9 de janeiro de 2003. BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasília, 12 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União". Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasília, Portaria Normativa, nº 13 de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a inclusão de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasília, 12 de maio de 2016. CARVALHO, José Jorge. A política de cotas no ensino superior: Ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília, INCT e Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. CNPq/UnB, 2016. CESPEDDES, Juliana Garcia et al. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (online). 2021, v. 29, n. 113 [Acesso 29 agosto 2022]. pp. 1067-1197. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/50104-402620210002902418>> - Epub 19 Mar 2021. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/50104-402620210002902418>. CUNHA, Luiz Antônio (2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior. Estado, Soc. [online]. vol.25, n.88, pp. 795-817. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/50101-7320200400030008>. DAVILA, Jerry (2006). Diploma de Brancura. Política social e racial no Brasil - 1918-1945. Tradução: Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: UNESP. FERNANDES, Florestan (1955). In: BASTIDE, Roger e FERNANDES FLORESTAN. Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Cia Ed. Nacional. FERNANDES, Florestan (1978). A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora FERRÊRIA. Nara Torrecilha (2010). Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 27(104), 476-498. Epub July 10. <https://doi.org/10.1590/50101-732020100400030008>. HASSENBALG, Carlos (2005). Discriminação e desigualdade raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. GIOLO, Jaime et al. O sistema brasileiro de cotas nas instituições federais. Avaliação da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul no curso de Medicina do Campus Passo Fundo. In: [https://www.researchgate.net/publication/362631571\\_O\\_SISTEMA\\_BRASILEIRO\\_DE\\_COTAS\\_NAS\\_INSTITUCOES\\_FEDERAIS\\_Avaliacao\\_da\\_experiencia\\_da\\_Universidade\\_Federal\\_da\\_Fronteira\\_Sul\\_no\\_Curso\\_de\\_Medicina\\_do\\_Campus\\_Passo\\_Fundo](https://www.researchgate.net/publication/362631571_O_SISTEMA_BRASILEIRO_DE_COTAS_NAS_INSTITUCOES_FEDERAIS_Avaliacao_da_experiencia_da_Universidade_Federal_da_Fronteira_Sul_no_Curso_de_Medicina_do_Campus_Passo_Fundo) Acesso em 24 de agosto de 2022. LACERDA, João Batista de. O congresso Universal das Nações reunido em Londres (1911): apreciação e comentários. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2012. Pág. 100-101. Conf. <http://www.museunacional.ufrj.br/brasarras/002/0023.pdf> acesso em 20 de agosto de 2022. MAGNONI, Maria Salete. (2016). Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?. Estudos Avançados, 30(87), 299-312. <https://doi.org/10.1590/50103-40142016.30870011> Acesso em 22 de agosto de 2022 MULLER, Maria Lucia. In. FONSECA, Marcus Vinícius. A história da educação dos negros no Brasil / Marcus Vinícius Fonseca: Surya Aeronovich Pombro de Barros (Orgs.). - Niterói: EDUFF, 2016. 442p. MUNANGA, Kabengele. Ações Afirmativas e Políticas de Permanência: desafios e perspectivas. Conferência de abertura do III encontro dos NEABs Região Sul - organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina, 13-14 de abril de 2016. MUNANGA, Kabengele. Antropólogo derruba a ideia de democracia racial no Brasil. (Entrevista) in: Gallimard, 2009 (réimpr. [2011 e 2017] (1re éd. 2008 chez Calmann-Lévy, 435 p., 23 cm). Sítio: OCORO LOANGO. Anyi. Los afrodescendientes en Argentina: la irrupción de un nuevo actor en la agenda política y educativa del país. Revista Colombiana de educación, n. 69 (2015), p. 137-157. Universidad Pedagógica Nacional. REZENDE, Maria Alice e OLIVEIRA, Vinícius Pereira. O sistema de ensino brasileiro, as políticas racializadas e as ações extensionistas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEAB UERJ). Revista da ABPN - Nov 2016 - rev. 2011, 7, número 15 (2015). RIO DE JANEIRO, Lei 3708, de 9 de novembro de 2001. Institui cotas de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. <https://leis25data.com.br/rf/lei-ordinaria-n-3708-2001-rio-de-janeiro-instituto-cota-de-ate> Acesso em 22 de agosto de 2022. SANTANA, Moisés de Melo; LUZ, Itacir Marques da; SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. Dilemas e apostas subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003 Educ. rev. Curitiba, n. 47, p. 97-110, Mar. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=50104-4060201300010008&ing=en&nrmm=issoc](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50104-4060201300010008&ing=en&nrmm=issoc)>. Acesso em 20 de agosto de 2022. <https://doi.org/10.1590/50104-4060201300010008>. SANTOS, Marina S P e CATTANHEI, Tamara Osório. Políticas afirmativas de cotas raciais na UEMA. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - 338.pdf (ufma.br). SILVA, Maria Nilza (2006). Nem Para todos é a Cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, SILVA, Maria Nilza e da PACHECO, Jairo Queiroz. (2013) As cotas na Universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectivas. In: SANTOS, Jocely Telle dos (org.). O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: CEAO, Pgs. 67-104. SOUZA, Alexandro Eleotério Pereira de. (2018). O engendramento de uma nova socialidade: as políticas de ação afirmativa e suas influências no contexto acadêmico. Doutorado em Serviço Social e Política Social. UEL: Londrina. WIEWORKA

**IES PARTICIPANTES**

IES	País
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Brasil
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Brasil
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Brasil
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Brasil

**PARTICIPANTES**

Tipo	Nacionalidade	Nome	Currículo	Instituição
Coordenador Principal	BRASILEIRA	MARIA NILZA DA SILVA	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Docente	BRASILEIRA	IONE DA SILVA JOVINO	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pesquisador	BRASILEIRA	GABRIEL GUSTAVO DOS SANTOS	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Pesquisador	BRASILEIRA	DANIELA VIEIRA DOS SANTOS	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Docente	BRASILEIRA	MARIVANIA CONCEICAO DE ARAUJO	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Pesquisador	BRASILEIRA	MARIA ALICE REZENDE GONCALVES	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Pesquisador	BRASILEIRA	DELTON APARECIDO FELIPE	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Tipo	Nacionalidade	Nome	Currículo	Instituição
Pesquisador	BRASILEIRA	MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Pesquisador	BRASILEIRA	ALEXSANDRO ELEOTERIO PEREIRA DE SOUZA	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Pesquisador	BRASILEIRA	MARIA ANGELICA PEDRA MINHOTO	<a href="#">Lattes</a>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**PPGs**

IES	PPG	Código	Justificativa	Conceito
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	SOCIOLOGIA	40002012017P0	PPG principal	4

IES	PPG	Código	Justificativa	Conceito
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	EDUCAÇÃO	40002012015P7	<p>O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) iniciou no ano de 1994, com a implantação do Mestrado em Educação. No âmbito da UEPG, a criação do Curso de Mestrado possibilitou a consolidação da pesquisa e o aumento da produção científica na área de Educação e formação de professores, uma das áreas pioneiras da UEPG, uma vez que os Cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e Matemática integravam a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O Curso de Pedagogia da UEPG foi implantado no ano de 1962, ainda na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1949. Em 1981, o Departamento de Educação ofertou o primeiro curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, em convênio com a UFPR, o qual foi ministrado por docentes da UEPG e da UFPR. Esse curso foi seguido por uma série de outros. Na década de 1990 implantou-se uma política de incentivo à formação dos docentes em nível de mestrado e doutorado e a realização de Concursos Públicos, com a exigência mínima de Mestrado. A partir desses encaminhamentos, no início dos anos 1990, fortaleceu-se a ideia de propor a criação do Mestrado em Educação. Para a elaboração do projeto do Mestrado em Educação, foi constituído um grupo de trabalho formado por: Aída Mansani Lavalle, Cleide Aparecida Faria Rodrigues, Graciete Tozetto Góes, Ivo José Both, Mariná Holzmann Ribas e Teresa Jussara Luporini. A redação final do projeto foi realizada sob a responsabilidade de: Cleide Aparecida Faria Rodrigues, Mariná Holzmann Ribas e Teresa Jussara Luporini, com revisão de: Ana Neotti e Raul José Sozim. A elaboração do projeto contou com assessoria da Profª Maria da Glória Gohn (Unicamp). Na época, a professora Leide Mara Schmidt ocupava o cargo de Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação. Em sua fase inicial, o Mestrado em Educação contou com a cooperação de docentes visitantes da UFPR e de docentes da UNICAMP. A partir de 1998 os doutores da própria instituição passaram a assumir as atividades do Mestrado. Graças ao empenho de coordenadores, docentes e discentes, o Programa foi avaliado pela Capes com nota 4 nos triênios 2004-2006, 2007-2009 e 2010/2012. Essa avaliação, bem como o acúmulo de experiência e melhorias na infraestrutura disponível para o Programa, contribuíram no processo de elaboração de uma proposta de Doutorado, com o apoio da Reitoria e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que foi aprovada pela Capes na reunião do CTC do dia 10 de dezembro de</p>	5

IES	PPG	Código	Justificativa	Conceito
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	CIÊNCIAS SOCIAIS	40004015031P5	<p>O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC) insere-se no tardio processo de institucionalização da área no estado do Paraná, que se consolida apenas na década de 1990, com o surgimento dos cursos de graduação em Toledo e em Maringá, além dos mestrados na Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Londrina. O Programa de Pós-Graduação da UEM, aprovado pela CAPES em 2008, soma-se a esse processo, contribuindo também para: a incorporação mais rápida dos egressos do curso de graduação em Ciências Sociais da UEM em programas de mestrado nessa área, tendo em vista que boa parte de nossos alunos que desejam ingressar na pós-graduação precisavam adequar seus projetos às áreas de Geografia, História ou Educação; a consolidação dos grupos de pesquisa em funcionamento no Departamento de Ciências Sociais da UEM, possibilitando a emergência de novos grupos que, conseqüentemente, estimulam maior participação dos alunos da graduação em projetos de pesquisa; o aumento do número de vagas, em nível de pós-graduação, ofertadas pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), da UEM, auxiliando na qualificação de profissionais da região de Maringá, de outras cidades do Paraná e de cidades de estados vizinhos, particularmente, do Mato Grosso do Sul e do interior de São Paulo, que demandam esse tipo de formação. Esse trânsito já é uma realidade no curso de graduação em Ciências Sociais da UEM - temos, todos os anos, acadêmicos que vêm dessas regiões. O Programa, vinculado à área da Sociologia e com concentração em Sociedade e Políticas Públicas, tem contribuído também para a qualificação de profissionais oriundos de outras áreas do conhecimento, em especial, do Direito, da Administração, do Serviço Social e de áreas ligadas à Saúde, posto que a presença desses profissionais no processo seletivo é significativa.</p>	4

IES	PPG	Código	Justificativa	Conceito
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO	31004016051P0	<p>Desde 2007 o Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC) é um Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu que oferece curso de Mestrado Acadêmico credenciado pela CAPES. O PPGECC é uma experiência pioneira na Baixada Fluminense. Um Mestrado em Educação que assume o compromisso com o desenvolvimento de investigações voltadas para as problemáticas das periferias, sejam elas territoriais, políticas, sociais e/ou culturais. Com esse objetivo, ao longo dos anos, o Programa tem investido na formação de novos quadros intelectuais engajados no enfrentamento das questões educacionais e culturais em periferias urbanas, concebidas como lócus de produção de conhecimento e de intervenção no social que, muitas vezes, escapam aos padrões legitimados hegemonicamente. O PPGECC tem se constituído como um Programa que tem características regionais que busca desenvolver redes de parceria articulando o global e o local. Nessa perspectiva, a articulação entre educação, cultura e comunicação tem sido buscada a partir do entendimento de que são aspectos constitutivos da compreensão que deve mover os esforços contemporâneos de formação de educadores para atuar nas diferentes e múltiplas esferas formativas valorizando a dimensão interdisciplinar do processo de construção do conhecimento orientado pelos seguintes princípios: I. Investigação de fenômenos educacionais e culturais em periferias, focalizando as mais variadas experiências formativas que se realizam em espaços formais e não formais. Escolares e não escolares, com o propósito de formar pesquisadores, professores e gestores para atuação nesses espaços; II. Desenvolvimento de diferentes abordagens e linguagens que possibilitem melhor compreensão dos fenômenos culturais no mundo contemporâneo, entendendo os fenômenos educacionais como parte dessa dinâmica; III. Atenção à pesquisa, no que se refere ao rigor teórico metodológico e a dimensão ética do processo de produção de conhecimento concebido como atividade social e iminentemente política. Dessa forma, o PPGECC busca atender às especificidades das temáticas e características que conferem potencialidade ao Programa, produzindo conhecimentos com, na e sobre as Periferias, formando quadros intelectuais aptos a articular educação e cultura em uma perspectiva transformadora.</p> <p><a href="http://www.ppgecc.uerj.br/sobreppgecc.html">http://www.ppgecc.uerj.br/sobreppgecc.html</a></p>	4

## Objetivos

Tipo	Objetivo
Geral	Realizar mapeamento e análise da população negra e indígena nos Programas de Pós-Graduação das Universidades Estaduais da Região Sul e Sudeste, considerando o acesso, a permanência e a trajetória.
Específico	Mapear a produção científica dos discentes e docentes sobre a questão racial nos programas de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste.
Específico	Mapear as principais áreas de pesquisa em que os/as pós-graduandos/as estão alocados/as.
Específico	Verificar a existência de Ações Afirmativas nos PPGS das Universidades Estaduais da Região Sul e Sudeste.

## Resultados

Tipo	Produtos Acadêmicos a serem apresentados	Quantidade
Bibliográfico	Produção de um livro com os resultados da pesquisa	1
Técnico/Tecnológico	Podcast sobre o racismo contra os povos indígenas e a população negra.	4
Formação	Curso de Formação Continuada para Professores da Rede Básica de Educação sobre a temática étnico-racial (um a cada ano do projeto)	4
Científico	Artigos Científicos para publicação em periódicos altamente qualificados.	12
Científico	Evento científico para a divulgação dos resultados parciais e do resultado final do projeto (a cada dois anos)	2

## Impactos Esperados

Tipo	Impacto Esperado
Formação	Formação de recursos humanos de alto nível nas temáticas étnico-raciais e da educação para a diversidade.
Ciência	Produção de diagnóstico sobre as desigualdades raciais no acesso e na permanência dos discentes da Pós-Graduação das Universidades Estaduais.
Tecnologia	Produção e divulgação do conhecimento produzido nas redes sociais a fim de popularizar a Ciência e a Tecnologia, além de conscientizar sobre as desigualdades raciais na Pós-Graduação.

**PLANOS DE TRABALHO**

<b>Plano de Trabalho</b>	<b>Ano 1 (2024)</b>	<b>Data início</b>	<b>01/01/2024</b>	<b>Data Término</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Atividade</b>	<b>Data início</b>		<b>Data Término</b>		
Levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa	01/01/2024		30/12/2024		
Contratação de pessoal técnico para apoio administrativo do Projeto	05/02/2024		30/12/2024		

Levantamento dos microdados e organização dos dados de discentes, docentes e de produção de teses e dissertações da CAPES	05/02/2024		30/12/2024		
contratação de pessoal especializado em mineração de dados e montagem do banco de dados	05/02/2024		30/06/2024		
Seleção de bolsistas - 2 Pós-doutorados 2 doutorados e 5 mestrados	05/02/2024		30/12/2024		
contratação de gráfica para produção de livros fruto da pesquisa	06/02/2024		30/12/2024		
apresentação de resultados preliminares de pesquisa em evento acadêmico (pagamento de 4 passagens + 4 diárias)	01/04/2024		30/06/2024		
inscrição de pesquisadores em eventos acadêmicos para a divulgação de resultados preliminares da pesquisa	01/04/2024		31/05/2024		

<b>Plano de Trabalho</b>	<b>Ano 2 (2025)</b>	<b>Data início</b>	<b>01/01/2025</b>	<b>Data Término</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Atividade</b>	<b>Data início</b>		<b>Data Término</b>		
Seleção de bolsista - 1 Pós-Doutorado	01/01/2025		30/04/2025		
produção de materiais de divulgação	01/01/2025		30/12/2025		
contratação de empresa de produção audiovisual para a divulgação dos resultados parciais e finais da pesquisa	01/01/2025		30/12/2025		
Análise pormenorizada da revisão bibliográfica (Relatório)	01/01/2025		30/12/2025		
Seleção de bolsista - 1 mestrado	01/01/2025		30/12/2025		
Análise descritiva preliminar dos dados de perfil de docentes e discentes	01/01/2025		30/11/2025		

produção de textos acadêmicos para a publicação em revistas indexadas	01/02/2025	15/12/2025
inscrição de pesquisadores em eventos acadêmicos para a divulgação de resultados preliminares da pesquisa	01/05/2025	30/06/2025
Atualização dos microdados e organização dos dados de discentes, docentes e de produção de teses e dissertações da CAPES	02/06/2025	30/12/2025
apresentação de resultados parciais de pesquisa evento acadêmico (4 passagens + 4 diárias)	01/11/2025	30/11/2025
divulgação de resultados parciais em redes sociais e outros meios de comunicação	01/11/2025	30/11/2025

<b>Plano de Trabalho</b>	Ano 3 (2026)	<b>Data início</b>	01/01/2026	<b>Data Término</b>	31/12/2026
<b>Atividade</b>	<b>Data início</b>		<b>Data Término</b>		
contratação de tradutor especializado para verter textos de artigos acadêmicos e de livros produzidos pelos pesquisadores para o inglês	01/01/2026		30/12/2026		
Produção e análise de dados dos bancos da CAPES e do INEP (Censo da Educação Superior)	01/01/2026		02/12/2026		
contratação de gráfica para produção de livros fruto da pesquisa	02/02/2026		30/12/2026		
produção de textos acadêmicos para a publicação em revistas indexadas e produção de textos acadêmicos para a publicação de livro	02/02/2026		30/12/2026		

inscrição de pesquisadores em eventos acadêmicos para a divulgação de resultados preliminares da pesquisa	02/02/2026	01/04/2026
divulgação de resultados parciais em redes sociais e outros meios de comunicação	02/06/2026	30/12/2026
apresentação de resultados parciais de pesquisa em evento acadêmico (4 passagens + 4 diárias)	02/06/2026	30/12/2026
contratação de pessoal especializado em Design gráfico de Relatórios e de materiais de divulgação	02/06/2026	30/12/2026

<b>Plano de Trabalho</b>	<b>Ano 4 (2027)</b>	<b>Data início</b>	<b>Data Término</b>
		01/01/2027	31/12/2027
<b>Atividade</b>	<b>Data início</b>	<b>Data Término</b>	
inscrição de pesquisadores em eventos acadêmicos para a divulgação de resultados parciais da pesquisa	01/01/2027	30/06/2027	
contratação de gráfica para produção de livros fruto da pesquisa	01/01/2027	30/12/2027	
apresentação de resultados parciais de pesquisa em evento acadêmico (4 passagens + 4 diárias)	01/01/2027	30/06/2027	
produção de textos acadêmicos para a publicação em revistas indexadas Atividade: produção de textos acadêmicos para a publicação de livro	01/01/2027	30/12/2027	
produção de textos acadêmicos para a publicação de livro	01/01/2027	30/12/2027	

contratação de tradutor especializado para verter textos de artigos acadêmicos e de livros produzidos pelos pesquisadores para o inglês	01/01/2027	30/12/2027
contratação de empresa de produção audiovisual para a divulgação dos resultados parciais e finais da pesquisa	02/01/2027	30/12/2027
contratação de pessoal especializado extração de informações dos bancos de dados	01/02/2027	30/12/2027

<b>Plano de Trabalho</b>	Ano 5 (2028)	<b>Data início</b>	01/01/2028	<b>Data Término</b>	31/12/2028
<b>Atividade</b>	<b>Data início</b>	<b>Data Término</b>			
produção de textos acadêmicos para a publicação em revistas indexadas	01/01/2028	30/12/2028			
produção de textos acadêmicos para a publicação de livro	01/01/2028	01/01/2028			
contratação de gráfica para produção de livros fruto da pesquisa	01/01/2028	30/12/2028			
contratação de pessoal especializado extração de informações dos bancos de dados	01/01/2028	30/12/2028			
Relatório final do projeto	01/01/2028	30/12/2028			
divulgação de resultados finais em redes sociais e outros meios de comunicação	01/02/2028	30/12/2028			
contratação de pessoal especializado extração de informações dos bancos de dados	01/02/2028	30/12/2028			
produção de materiais de divulgação	01/02/2028	30/12/2028			
Evento científico com apresentação dos trabalhos produzidos pelo projeto	01/02/2028	30/12/2028			

inscrição de pesquisadores em eventos acadêmicos para a divulgação de resultados finais da pesquisa	02/06/2028	30/12/2028			
apresentação de resultados finais de pesquisa em evento acadêmico (4 passagens + 4 diárias)	02/06/2028	30/12/2028			